

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Apresentação:** Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários (CCVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício a CCVM apresentou um lucro de R\$ 159.382 mil, correspondente a R\$ 21,11 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 69.856 mil. Em 31 de dezembro de 2019, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 123,38 com aumento de 19,59% em relação ao exercício anterior. São Paulo, 17 de março de 2020. **A Diretoria**

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
<b>Circulante</b>		893.061	1.676.460	<b>Circulante</b>		563.187	901.665
Disponibilidades		606	2.166	<b>Outras obrigações</b>		563.187	901.665
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	5	454.821	633.886	Fiscais e previdenciárias	9 e 11	62.381	50.237
Aplicações no mercado aberto		330.300	168.349	Negociação e intermediação de valores	8	483.410	836.930
Aplicações em depósitos interfinanceiros		124.521	465.537	Diversas	9	17.396	14.498
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	6	72.822	200.947	<b>Exigível a longo prazo</b>		10.298	7.872
Carteira própria		49.991	53.807	<b>Outras obrigações</b>		10.298	7.872
Vinculados à prestação de garantias		22.831	147.140	Fiscais e previdenciárias	9 e 11	2.288	2.189
<b>Outros créditos</b>	8	364.701	839.367	Diversas	9	8.010	5.683
Rendas a receber		437	284	<b>Patrimônio líquido</b>	14	931.652	778.987
Negociação e intermediação de valores	8	356.713	835.016	Capital social		533.872	495.622
Diversos	9	7.551	4.067	De domiciliados no País		495.622	495.622
<b>Outros valores e bens</b>		111	94	Aumento de capital		38.250	-
Despesas antecipadas		111	94	Reservas de capital		2.186	2.153
<b>Realizável a longo prazo</b>		606.840	6.439	Reservas de lucros		395.594	281.212
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	5	599.447	-	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.505.137</b>	<b>1.688.524</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros		599.447	-				
<b>Outros créditos</b>		7.393	6.439				
Diversos	9	7.393	6.439				
<b>Permanente</b>		5.236	5.625				
<b>Imobilizado de uso</b>		5.236	5.625				
Imobilizado de uso	10	5.624	5.624				
Outras imobilizações de uso		2.377	2.202				
(-) Depreciações acumuladas		(2.765)	(2.201)				
<b>Total do ativo</b>		<b>1.505.137</b>	<b>1.688.524</b>				

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital	de aumento	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	acumulados		
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>		395.622	-	561	1.483	42.412	268.944	-	709.022	-
Aumento de capital	14	100.000	-	-	-	-	(100.000)	-	-	109
Pagamento baseado em ações	15b	-	-	-	109	-	-	-	-	109
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	69.856	69.856	-
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	14	-	-	-	-	3.493	-	(3.493)	-	-
Reserva estatutária	14	-	-	-	-	-	66.363	(66.363)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>		495.622	-	561	1.592	45.905	235.307	-	778.987	-
Aumento de capital	14	-	38.250	-	-	-	-	-	38.250	33
Pagamento baseado em ações	15b	-	-	-	33	-	-	(45.000)	(45.000)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 5,95 por ação)	14	-	-	-	-	-	-	159.382	159.382	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	33
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	14	-	-	-	-	7.969	-	(7.969)	-	-
Reserva estatutária	14	-	-	-	-	-	106.413	(106.413)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		495.622	38.250	561	1.625	53.874	341.720	-	931.652	-
<b>Em 30 de junho de 2019</b>		495.622	-	561	1.592	48.311	235.307	45.701	827.094	-
Aumento de capital	14	-	38.250	-	-	-	-	-	38.250	33
Pagamento baseado em ações	15b	-	-	-	33	-	-	(45.000)	(45.000)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 5,95 por ação)	14	-	-	-	-	-	-	111.275	111.275	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	-	-	33
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	14	-	-	-	-	5.563	-	(5.563)	-	-
Reserva estatutária	14	-	-	-	-	-	106.413	(106.413)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>		495.622	38.250	561	1.625	53.874	341.720	-	931.652	-

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 17 de março de 2020.

**2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638 e 11.941, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

#### 3. Principais práticas contábeis

**(a) Apuração do resultado:** É apurado pelo regime de competência.

**(b) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o preço observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Para cálculo do valor de mercado da carteira de ações, é utilizada a cotação de fechamento divulgada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Podem ser realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de ajustamento previstos pela Resolução nº 4.277, do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apuração adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

**(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.

**(d) Permanente:** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normalizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual.

**(e) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

**(f) Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes – decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) Obrigações legais – os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados. O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos.

**(g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% para o ano corrente. Até 31 de dezembro de 2018, A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2019: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários a serem realizados para o ano corrente.

**(h) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias.

**(i) Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.

**(j) Juros sobre o capital próprio:** Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.706, os Juros sobre Capital Próprio pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, registrados em conta específica no Patrimônio Líquido.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades no montante de R\$ 606 (2018 – R\$ 2.166), aplicações no mercado aberto no montante de R\$ 330.300 (2018 – R\$ 168.349) (Nota 5) e aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 124.521 (2018 – R\$ 465.537).

#### 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2019	2018
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada	330.300	168.349
Aplicações em depósitos interfinanceiros – vencimento inferior a 90 dias	124.521	465.537
vencimento superior a 90 dias	599.447	-
<b>Total das aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>1.054.268</b>	<b>633.886</b>

#### A DIRETORIA

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Segundo semestre 2019	Exercícios findos em 31 de dezembro 2019	2018
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		30.541	55.662	47.263
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		30.541	55.662	47.263
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		30.541	55.662	47.263
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		124.737	180.555	86.022
Receitas de prestação de serviços	12	184.318	287.860	172.414
Despesas de pessoal		(19.495)	(36.649)	(31.527)
Outras despesas administrativas	17	(20.592)	(39.646)	(35.054)
Despesas tributárias		(19.319)	(30.813)	(19.377)
Outras receitas operacionais		363	411	1.070
Outras despesas operacionais		(538)	(608)	(1.504)
<b>Resultado operacional</b>		155.278	236.217	133.285
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		155.278	236.217	133.285
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	13	(44.003)	(76.835)	(63.429)
Provisão para imposto de renda		(29.617)	(49.128)	(36.417)
Provisão para contribuição social		(18.218)	(29.693)	(27.144)
Ativo fiscal diferido		3.832	1.986	132
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		111.275	159.382	69.856
Número de ações	14	7.551.365	7.551.365	7.551.365
<b>Lucro líquido por ação no final do semestre/exercício - R\$</b>		<b>14,74</b>	<b>21,11</b>	<b>9,25</b>

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Segundo semestre 2019	Exercícios findos em 31 de dezembro 2019	2018
<b>Atividades operacionais</b>		108.162	158.397	70.207
<b>Lucro líquido ajustado</b>		111.275	159.382	69.856
Ajuste ao lucro líquido:		(3.113)	(985)	351
Ativo fiscal diferido	13	(3.832)	(1.986)	(132)
Atualização de depósitos judiciais		(44)	(92)	(99)
Provisões para contingências	11	478	528	97
Depreciações		285	565	485
<b>Variação de ativos e obrigações</b>		10.470	(332.096)	(163.855)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(16.296)	(599.447)	-
(Aumento)/ redução em títulos e valores mobiliários		(8.050)	128.125	(173.828)
Redução em outros créditos		182.398	475.790	131.366
(Aumento)/redução em outros valores e bens		65	(17)	101
Redução em outras obrigações		(135.614)	(270.481)	(62.677)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.033)	(66.066)	(58.817)
<b>Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais</b>		118.632	(173.699)	(93.648)
<b>Atividades de investimentos</b>		-	-	-
Aquisição de imobilizado de uso		(13)	(176)	(418)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>		(13)	(176)	(418)
<b>Atividades de Financiamento</b>		-	-	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio	14	(6.750)	(6.750)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		(6.750)	(6.750)	-
<b>Aumento líquido/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		111.869	(180.625)	(94.066)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		343.558	636.052	730.118
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício		455.427	455.427	636.052
<b>Aumento líquido/ (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>111.869</b>	<b>(180.625)</b>	<b>(94.066)</b>

encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2019	2018
<b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>	236.217	133.285
<b>Juros sobre capital próprio</b>	(45.000)	-
<b>Resultado ajustado</b>	191.217	133.285
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(76.487)	(59.835)
Despesas inadmissíveis líquidas de receitas não tributáveis	(321)	(148)
Efeito CSLL 5%	-	(602)
Outros	(27)	(2.844)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos</b>	<b>(348)</b>	<b>(3.594)</b>
<b>Total da despesa de IRPJ e CSLL no exercício</b>	<b>(76.835)</b>	<b>(63.429)</b>

**14. Patrimônio líquido:** O capital social está dividido em 7.551.365 ações nominativas, sendo 3.851.196 ordinárias e 3.700.169 preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto, todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 100.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros – Estatutária no valor de R\$ 100.000, sem a emissão de novas ações. A Reserva de Lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada

...continuação

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

**J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.**

**Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a

este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de

burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2020



**pwc**

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti

Contador CRC 1SP172940/O-6